



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

ATOrd 0188800-60.2001.5.02.0013

RECLAMANTE: WITTERMAN PAULA CARVALHO

RECLAMADO: ADVANCED MANUFACTURING SYSTEMS LTDA E OUTROS (4)

Editais de Leilão Judicial Unificado**13ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP****Processo nº 0188800-60.2001.5.02.0013**

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 02/07/2024, às 10:54 horas, através do portal da leiloeira Tatiana Paula Zani de Sousa - www.liderleiloes.com.br serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: **WITTERMAN PAULA CARVALHO**, CPF: 251.556.638-30, **exequente**, e **ADVANCED MANUFACTURING SYSTEMS LTDA**, CNPJ: 00.692.171/0001-29; **JORGE SZANTO DE TOLEDO**, CPF: 055.297.948-15; **EDUARDO KEY MATSUDO**, CPF: 050.060.278-60; **MARCELO MARTINELLI SZANTO**, CPF: 151.825.558-22; **AM2S APPLIED MECHANICAL AND MICRO SYSTEMS LTDA.**, CNPJ: 04.319.102/0001-25, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

IMÓVEL MATRÍCULA 2.486 do Cartório de Registro de Imóveis de Campos do Jordão/SP. Inscrição nº 03.278.013 da Prefeitura Municipal de Campos do Jordão/SP. DESCRIÇÃO: Lote nº 13, da quadra "E", do loteamento denominado "Vale Feliz" situado no lugar denominado Descansópolis, com a área de 1.028,00ms2., (hum mil e vinte e oito metros quadrados), com frente para a Avenida Cervantes, onde mede 42,00 ms., do lado esquerdo com o lote 12, onde mede 42,00 ms., e nos fundos com os lotes 17, dig, 42,00 ms., do lado direito com o lote 14, onde mede 32,00 ms., e nos fundos com os lotes 17 e 18 por uma linha gue brada, onde mede 32,00 ms., + 5,00 ms: -PROPRIETÁRIA: -SOCIEDADE DA EXPANSÃO AGRÍCOLA E COMERCIAL LTDA., "AGRICOBRAZ", com sede no Largo de São Francisco de Paula, 26, 11º andar, na cidade do Rio de Janeiro Estado da Guanabara. -TÍTULO AQUISITIVO:-Transcrito sob nº 3.116, em área maior no Registro de Imóveis de São Bento do Sapucaí, e Loteamento inscrito sob nº 20, neste Registro.-Campos do Jordão, 13 de abril de 1.977. OBSERVAÇÕES: 1) Há indisponibilidade; 2) Há outra penhora; 3) Consignou em despacho o Exmo Juiz da 13ª VT de São Paulo, que: " a) nos termos do parágrafo único do art. 130 do CTN e art. 110 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, sendo hipótese de sub-rogação dos débitos no preço, fica o bem imóvel arrematado nesta hasta pública desembaraçado das

dívidas tributárias e fiscais de qualquer órgão da Administração Pública, inscritas ou não na dívida pública, geradas até a data da arrematação, de forma que esses encargos não serão transferidos aos arrematantes; b) conforme já decidiu o TST (TST-RO-6626-42.2013.5.15.0000; TST REENEC E RO - 75700-07.2009.5.05.0000; TST-ReeNec e RO-12600-56.2009.5.09.0909; TST-RXOF e ROAG - 58400-44.2005.5.06.0000; TST-RXOF e ROMS-25600-26.2006.5.06.0000), por analogia, a previsão da alínea antecedente também se aplica a bens móveis, inclusive veículos, ficando os mesmos livres de débitos de IPVA, multas e outros, inscritos ou não na dívida pública, geradas até a data da arrematação, de forma que esses encargos não serão transferidos aos arrematantes; c) as despesas de transferência do bem penhorado, que não se enquadrem na previsão das alíneas antecedentes, tais como: custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, ITBI, transferência junto a órgão de trânsito, entre outras, correrão por conta do arrematante. d) DO FATO GERADOR E DA BASE CÁLCULO DO ITBI: O fato gerador do ITBI só se aperfeiçoa com o registro da transmissão do bem imóvel. O cálculo deste imposto há de ser feito com base no valor alcançado pelos bens na arrematação, e não pelo valor da avaliação judicial. Valor Total da Avaliação em R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Local dos bens: Rua Cervantes - Vale Feliz - Campos do Jordão/SP

Total da avaliação: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)

Lance mínimo do leilão: 50%

Leiloeira Oficial: Tatiana Paula Zani de Sousa

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: cliente@liderleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja credor no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial,

diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão

Visitação dos bens: as 9:00 às 18:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT.

SAO PAULO/SP, 18 de março de 2024.

JOAO CARLOS DA VEIGA
Servidor



Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS DA VEIGA - Juntado em: 18/03/2024 12:48:04 - d0b6224
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24031812480294600000339603706?instancia=1>
Número do processo: 0188800-60.2001.5.02.0013
Número do documento: 24031812480294600000339603706